



DOI 10.20396/conex.v17i0.8653139

Artigo Original

Gasto na função desporto e lazer pelos municípios do Estado de Minas Gerais

Edmilson Santos dos Santos¹ 

RESUMO

Introdução: O presente estudo de natureza descritivo-exploratória buscou analisar o comportamento alocativo dos municípios mineiros no gasto com a Função Desporto e Lazer (FDL) por níveis de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2002 a 2011. **Objetivo:** Dois objetivos específicos foram estabelecidos: (a) Analisar o comportamento alocativo dos municípios quando separados por níveis de desenvolvimento humano; (b) Analisar o gasto acumulado per capita dos municípios por níveis de desenvolvimento humano. **Métodos:** Uma pesquisa documental permitiu observar os gastos dos municípios na FDL. Os dados foram coletados diretamente no site do Tesouro Nacional. **Considerações finais:** Considerando o elevado grau de adesão dos municípios do estado de Minas Gerais ao gasto na FDL, não foi possível observar distinções de comportamentos entre as cidades por nível de IDH e nem uma tendência clara, observando a variação do gasto ano a ano, nem entre os níveis de IDH.

Palavras-chave: Financiamento. Políticas Públicas. Esporte.

¹ Universidade Federal do Vale do São Francisco, Colegiado de Educação Física, Petrolina - PE, Brasil.

Correspondência:

Edmilson Santos dos Santos, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Colegiado de Educação Física. Av. José de Sá Maniçoba, S/N, Centro, CEP 56304917, Petrolina - PE, Email: edmilson.santos@univasf.edu.br

Recebido em: 8 ago. 2018

Aprovado em: 12 dez. 2019

Expenditure on the sport and leisure function by municipalities in the State of Minas Gerais

ABSTRACT

Introduction: The present descriptive and exploratory study aimed to analyze the allocative behavior of municipalities in Minas Gerais regarding expenditures on the Sport and Leisure Function (FDL) by levels of Human Development Index (IDH), from 2002 to 2011. **Objectives:** Two specific goals have been set: (a) Analyzing the allocative behavior of municipalities when categorized by levels of human development; (b) Analyzing the accrued per capita expenses of municipalities by the level of human development. **Method:** A documental research allowed us to observe the expenditures of municipalities on the FDL. The data have been collected straight from the National Treasure website. **Conclusion:** Considering the high level of adhesion of municipalities from the state of Minas Gerais to expenditures on FDL, it has not been possible to notice distinctions in terms of behavior among cities per level of IDH nor a clear tendency, by observing the variation of expenditures year-by-year, not even among IDH levels.

Keywords: Funding. Public Policies. Sport.

Gasto en la función deporte y ocio por los municipios del Estado de Minas Gerais

RESUMEN

Introducción: El presente estudio de naturaleza descriptiva-exploratoria buscó analizar la asignación de recursos de los municipios mineros en el gasto con la Función Deporte y Ocio (FDL) por niveles de Índice de Desarrollo Humano (IDH) de 2002 a 2011. **Objetivos:** Dos objetivos específicos fueron establecidos: (a) Analizar el comportamiento alocación municipios cuando están separados por niveles de desarrollo humano; (b) Analizar el gasto acumulado per cápita de los municipios por niveles de desarrollo humano. **Método:** Una pesquisa documental permitió mirar los gastos de los municipios en la FDL. Los datos fueron recolectados directamente en el sitio del Tesoro Nacional. **Conclusión:** Considerando el alto grado de adhesión de los municipios del estado de Minas Gerais al gasto en la FDL, no fue posible observar distinciones de comportamientos entre las ciudades por nivel de IDH y ni una tendencia clara, observando la variación del gasto año a año, ni entre los niveles de IDH.

Palabras clave: Financiamiento. Políticas Públicas. Deporte.

INTRODUÇÃO

O estado de Minas Gerais é a Unidade da Federação com maior número de municípios, 853. Localizado na região Sudeste, possui o maior território das regiões Sul e Sudeste. Experimentou na primeira década dos anos 2000 um grande desenvolvimento humano. Na publicação de 2000 do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), aproximadamente $\frac{1}{4}$ de seus municípios tinham o pior desempenho (IDH < 0,500, Muito Baixo). Dez anos depois, já não havia mais municípios nesse nível de desenvolvimento humano. Apenas 0,58% (5) dos municípios tinham IDH acima de 0,700, considerado alto, em 2000. Em 2010, 26,73% já tinham IDH superior a 0,700 e dois municípios alcançaram o maior nível, Belo Horizonte e Nova Lima.

Apesar de ser um indicador que agrega poucas dimensões da vida, renda, saúde e educação, tem sido utilizado em larga escala para compreender o desenvolvimento de outras dimensões. Na área das políticas públicas de esporte e de lazer alguns trabalhos têm permitido análises que, apesar de embrionárias, nos permitem refletir sobre o tema.

Santos e Hirata (2017) analisaram o gasto na Função Desporto e Lazer por parte dos municípios do estado do Piauí a partir da distribuição das cidades por IDH. Identificaram que o IDH não explica a distribuição dos recursos da FDL por município. Vieira *et al.* (2017) apontou a necessidade do IDH ser um dos critérios à descentralização do Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC). Resultado esse que vai ao encontro das análises realizadas por Santos, Starepravo e Hirata (2018) e Santos (2017). Portanto, o IDH constitui um critério importante para análise das políticas públicas de esporte e de lazer.

O Estado brasileiro tem um papel importante na garantia do desenvolvimento humano. Suas políticas públicas, principalmente as sociais, quando combinadas com justiça social, tendem a melhorar as condições de vida da população. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) sinalizou com bastante precisão os elementos fundamentais de nosso marco civilizatório. Lá os constituintes estabeleceram que o esporte e o lazer são direitos sociais que devem ser garantidos pelo Estado brasileiro. Essa novidade institucional não veio acompanhada de outras ferramentas importantes para a consecução desse objetivo.

Por exemplo, a realização de objetivos nobres, como esse endereçado ao esporte e ao lazer, não acontece em um vácuo institucional. É preciso que haja instrumentos à sua realização. No entanto, os constituintes não indicaram esses temas como sendo de competências exclusivas de nenhum dos entes federados. Nenhum dos poderes executivos da União, dos estados e Distrito Federal ou dos municípios receberam essa atribuição (LEITE, 2009).

Os estados federados, como o brasileiro, principalmente na agenda social, costumam compartilhar competências ou atribuições entre mais de um ente federado. Esse viés institucional serve para garantir cooperação entre os entes (COSTA; PALOTTI, 2013). É através desta cooperação que se alcança um outro objetivo do Estado, a diminuição da desigualdade regional e social (Inciso 3 do Art. 3 da CF/88). Sob a coordenação da União, os entes subnacionais (estados e municípios) desenvolvem ações com objetivo comum. Para tanto, a CF/88 também escreveu quais as áreas em que esse comportamento é esperado. Dentre elas, não está o esporte ou o lazer. Ou seja, também entre as competências comuns o estímulo é a inação.

Esgotados os limites do poder executivo na garantia do direito, coube ao poder legislativo sua consecução. O Art. 24 da CF/88 aponta que os poderes legislativos deverão concorrer entre si para ver quem produz a melhor norma de aplicação do direito. Esse aspecto é comum nas federações e seu papel é pressionar os gestores pela elevação do padrão de oferta da política, se ela for relevante ou prioritária à população.

Em diferentes instâncias de governos, temos percebido um comportamento dos poderes executivos diverso destes anunciados. A constituição de órgãos executivos, exclusivos ou não, à implementação de políticas públicas de esporte e de lazer nos permite intuir que essas agendas já fazem parte da cultura de governo. No Brasil, há um ministério exclusivo responsável por formular políticas públicas de esporte e de lazer. No Governo do Estado de Minas Gerais há também há uma estrutura de primeiro escalão responsável por essas políticas. Também é possível perceber nos municípios esse mesmo comportamento. A cultura institucional de governança reconhece esse tema como algo sobre o qual os governantes devem fazer algo.

As políticas da agenda da área social sofrem forte impacto da capacidade fiscal dos entes de garantirem condições financeiras, de recursos humanos e operacionais à implementação das políticas públicas. Há elevada disparidade regional e social na federação brasileira (AFONSO; LOBO, 2002; SOUZA, 2001). A equiparação da capacidade de oferta na federação deve ser realizada através de uma ação coordenada pelo governo federal de distribuição equitativa de recursos (ARRETCHE, 2010).

Esse aspecto tem sido explorado por alguns estudos no Brasil sobre as políticas de esporte e de lazer. Santos, Starepravo e Souza Neto (2015) identificaram que a coordenação do governo federal na descentralização do Programa Segundo Tempo (PST) tem produzido vazios assistenciais justamente naqueles municípios que deveriam ser alvo prioritário do programa. Santos, Starepravo e Hirata (2018) e Santos (2017) identificaram que os incentivos inscritos na seleção dos municípios que irão descentralizar o Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC) produzem distorções alocativas. Portanto, há uma hipótese de que o governo federal tem se demonstrado incompetente para

cumprir seu papel constitucional na diminuição da desigualdade.

A correção da desigualdade sempre é feita através da relação entre um ente federado superior, que irá distribuir recurso ou política, e um ente inferior, que irá implementar. No nível dos estados, há uma experiência que preserva a autonomia dos governos municipais e amplia sua capacidade de oferta de políticas públicas de esporte e de lazer. Apesar do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) ser um imposto devolutivo, não cumpre a mesma função de justiça social desempenhada pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), mas representa um aporte financeiro importante aos municípios (AFONSO; ARAUJO, 2000). No Brasil há uma grande desigualdade na capacidade fiscal que impacta no financiamento das políticas públicas (MARENCO; STRHSCHOEN; JONER, 2016).

Os entes financiadores possuem estratégias para induzir o comportamento dos entes inferiores a partir de determinados incentivos. Apesar da partilha do ICMS ser devolutiva, devolve aquela parcela produzida dentro do município, ele representa um aporte de recurso não desprezível à manutenção dos governos. Minas Gerais tem experimentado uma modalidade de financiamento que possui relação direta com a cota-parte do ICMS, o ICMS Esportivo. Ele não só tem garantido acréscimo de recursos como também tem cumprido papel importante na indução do comportamento. Para receber recursos adicionais associados ao ICMS Esportivo é necessário constituir Conselho Comunitário de Esportes (DINIZ; SILVA, 2016; SILVA *et al.*, 2013).

Nesse sentido, o estado de Minas Gerais possui fontes adicionais importantes para o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e de lazer. O gasto dos municípios nas políticas públicas de esporte e de lazer pode ser acompanhado a partir da função orçamentária criada para essa finalidade, a Função Desporto e Lazer (FDL). Criada em 1999 através da Portaria nº 42 do Ministério da Gestão e Orçamento, ela permite identificar o volume do gasto agregado das políticas de esporte e de lazer.

Nesse sentido, o presente estudo surgiu a partir de algumas perguntas orientadoras: Qual o comportamento alocativo dos municípios do estado de Minas Gerais no gasto na Função Desporto e Lazer de 2002 a 2011? Qual o comportamento alocativo dos municípios quando separados por níveis de desenvolvimento humano? Qual o gasto acumulado per capita dos municípios por níveis de desenvolvimento humano?

MÉTODOS

O presente estudo de natureza descritivo-exploratória buscou analisar o comportamento alocativo dos municípios mineiros no gasto com a Função

Desporto e Lazer (FDL) por níveis de IDH. Dois objetivos específicos foram estabelecidos: (a) Analisar o comportamento alocativo dos municípios quando separados por níveis de desenvolvimento humano; (b) Analisar o gasto acumulado per capita dos municípios por níveis de desenvolvimento humano.

A unidade de gasto orçamentário FDL é utilizada pelo Estado brasileiro para acompanhar o gasto agregado com políticas públicas de esporte e de lazer. O comportamento alocativo foi analisado aqui através de duas perspectivas, a adesão ao gasto na FDL e o volume de gasto.

O intervalo temporal escolhido se refere aos dez primeiros anos em que os municípios passaram a registrar no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI/Tesouro Nacional) o gasto com a FDL. Essas informações estão disponibilizadas no site do Tesouro Nacional (http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/contas-anuais). Os dados foram coletados no mês de março de 2018. Para garantir a comparabilidade dos dados no período, os valores da FDL foram deflacionados com base no Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) e a moeda utilizado foi o Real (R\$).

A listagem dos municípios do estado de Minas Gerais foi capturada diretamente no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): <https://www.ibge.gov.br/>. As informações sobre o IDH, junto ao site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): <http://www.br.undp.org/>. Utilizamos como referência os dados publicados para o ano de 2010.

A classificação referente aos níveis de desenvolvimento humano utilizada foi a seguinte: IDH Muito Baixo (IDHMB), 0,000 a 0,499; IDH Baixo (IDHB), entre 0,500 a 0,599; IDH Médio (IDHM), 0,600 a 0,699; IDH Alto (IDHA), 0,700 a 0,799; IDH Muito Alto (IDHMA), acima de 0,800.

A análise per capita foi realizada com base no somatório do gasto da FDL para o período analisado, e dividido pela população estimada para os municípios mineiros no ano de 2002, publicado pelo SICONFI.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro aspecto do comportamento alocativo a ser analisado é a adesão dos municípios ao gasto na FDL. Como pode ser observado na tabela 1, os municípios do estado de Minas Gerais iniciam a década analisada com grau elevado de adesão ao gasto na FDL, 84,29%. Para uma política em que inexistem gatilhos institucionais obrigando o gasto, o resultado não deixa de ser emblemático. As políticas de educação, saúde e assistência social só alcançaram

esses patamares de adesão mediante a forte incentivo normativo (ARRETCHE, 1999).

Durante 80% do período, o nível de adesão foi superior a 90%. A inexistência de gatilhos institucionais no âmbito do federalismo não impede que outras variáveis, como o valor e reconhecimento desta agenda por parte da sociedade, possam estar agindo de forma a garantir esse resultado. Nesse caso, a ideia, no sentido que é dada pelos neoinstitucionalistas (FARIA, 2006), do esporte como um direito, pode estar pressionando o comportamento dos *policy makers*.

O elevado grau de adesão ao gasto na FDL impede distinções entre os níveis de IDH. Os níveis mais baixos de IDH iniciam a década com adesões abaixo de 90%, mas já em 2004 acompanham o comportamento alocativo dos municípios dos outros níveis de desenvolvimento humano. Apesar de um 'n' muito reduzido, as cidades de IDH Muito Alto garantiram 100% de adesão durante todo o período.

Tabela 1 - Adesão à FDL por IDH no estado de Minas Gerais

IDH	FDL	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
B	N	51	56	62	59	60	61	62	62	63	60
	%	80,95	88,89	98,41	93,65	95,24	96,83	98,41	98,41	100	95,24
M	N	429	439	476	480	510	510	516	512	512	498
	%	81,40	83,30	90,32	91,08	96,77	96,77	97,91	97,15	97,15	94,50
A	N	237	248	235	248	254	255	253	257	256	256
	%	90,80	95,02	90,04	95,02	97,32	97,70	96,93	98,47	98,08	98,08
MA	N	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	%	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total	N	719	745	775	789	826	828	833	833	833	816
	%	84,29	87,34	90,86	92,50	96,83	97,07	97,66	97,66	97,66	95,66

A tabela 2 organiza os municípios por níveis de adesão. A primeira observação diz respeito ao número de municípios que possuem menos de 5 anos de adesão ao gasto na FDL. Em todos os níveis é opção prioritária e tem seu percentual máximo em 3,04% no IDHM. Não é possível observar alguma tendência neste aspecto. No intervalo de 6 a 8 anos também encontramos menor percentual entre os níveis de IDH, apesar do 'n' do IDHM representar 74,52% (79) desse grupo.

A grande maioria dos municípios, independentemente do nível de IDH, preferem investir entre 9 e 10 anos na agenda de gasto na FDL. Esse resultado ajuda a traduzir com maior consistência o peso da agenda das políticas públicas do esporte nos governos municipais. Os estudos comparativos do comportamento alocativo dos municípios têm dado pouca atenção a esse aspecto, principalmente porque não destacam como prioridade a análise do gasto da FDL, como os trabalhos de Azevedo (MERTINS; MYSKIW; SANFELICE, 2016; AZEVEDO, 2015;

SHINTANI, 2014; BANKOFF; ZAMAI, 2011).

Tabela 2 - FDL classificado por anos de adesão

IDH	FDL	< 5	6 a 8	9 a 10
B	n	0	8	55
	%	0	12,7	87,3
M	n	16	79	432
	%	3,04	14,99	81,97
A	n	5	18	238
	%	1,92	6,90	91,19
MA	n	0	0	2
	%	0,00	0,00	100

A evolução do gasto na FDL permite observar outra dimensão importante da análise. Os três níveis de IDH tiveram diferentes desempenhos no comportamento do gasto no período. Em todos os níveis, houve crescimento acima do IPCA. O IDHB obteve o menor crescimento entre os níveis de IDH, com um estoque de 84%. O maior crescimento se deu no IDHMA, com 181,69%. No entanto, o comportamento não foi linear, pois o IDHA foi menor que o IDHM.

É possível observar diferentes comportamentos alocativos entre os níveis de IDH. Apenas em 4 anos a variação do comportamento alocativo foi positiva (2004, 2006, 2008 e 2010). O único ano em que houve variação negativa em todos os níveis de IDH foi 2009. Este fato pode ser em decorrência da pressão econômica internacional desencadeada nos Estados Unidos, em 2009, que se alastrou pelo mundo. Os municípios, em termos de condição orçamentária, dispõem sobre seus domínios poucos instrumentos fiscais. São caracterizados com o ente federativo mais sensível a crises econômicas. Nos outros anos a variação negativa segue padrão aparentemente aleatório. No entanto, cabe destacar que foi no nível de IDH mais baixo que houve o maior número de variações negativas.

Tabela 3 - Evolução e variação (V) do gasto ano a ano da FDL (em milhões)

IDH	FDL	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
B	R\$	2,5	1,7	2,9	1,8	2,7	2,5	3,9	2,9	5,4	4,6
	V		-32,3	69,7	-38,7	49,8	-5,2	55,0	-24,8	84,8	-15,1
M	R\$	28,9	22,4	26,6	21,6	36,2	37,9	56,0	37,2	53,9	59,0
	V		-22,5	18,9	-18,6	67,4	4,6	47,6	-33,5	44,9	9,4
A	R\$	61,4	57,3	60,8	63,5	78,7	78,5	103,9	78,1	103,4	121,4
	V		-6,7	6,1	4,6	23,8	-0,2	32,3	-24,8	32,3	17,4
MA	R\$	7,1	7,1	9,4	10,6	12,1	11,9	17,8	12,0	15,5	20,0
	V		1,1	32,0	12,0	15,0	-1,7	49,0	-32,4	28,8	29,4
T	R\$	99,9	88,5	99,7	97,5	129,7	130,9	181,6	130,3	178,2	205
	V		-11,4	12,6	-2,2	33,0	0,9	38,7	-28,3	36,8	15,0

Apesar de ser o nível de IDH com maior número de municípios, IDHM (61,78%; 527), ele não absorve o maior percentual de volume de recursos da

FDL, como ficou demonstrado nos resultados apresentados na tabela 4. Em quase todos os cenários, sua participação é inferior a 30%. Já o IDHA, que tem 30,59% (261) dos municípios, é responsável por cerca de 60% do gasto na FDL. As cidades de maior IDH pressionam pela elevação no volume de gasto na FDL. Esse comportamento se reforça quando identificamos que o nível mais alto possui apenas 0,23% (2) dos municípios e é responsável por mais de 8% do total do gasto na FDL.

Tabela 4 - Percentual do gasto ano por IDH. (em milhões)

IDH	FDL	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
B	R\$	2,5	1,7	2,9	1,8	2,7	2,5	3,9	2,9	5,4	4,6
	%	2,5	1,9	2,9	1,8	2,0	1,9	2,1	2,3	3,0	2,2
M	R\$	28,9	22,4	26,6	21,6	36,2	37,9	56,0	37,2	53,9	59,0
	%	28,9	25,3	26,7	22,2	27,9	29,0	30,8	28,6	30,2	28,8
A	R\$	61,4	57,3	60,8	63,5	78,7	78,5	103,9	78,1	103,4	121,4
	%	61,5	64,7	61,0	65,2	60,7	60,0	57,2	60,0	58,0	59,2
MA	R\$	7,1	7,1	9,4	10,6	12,1	11,9	17,8	12,0	15,5	20,0
	%	7,1	8,1	9,5	10,8	9,4	9,1	9,8	9,2	8,7	9,8

O acumulado per capita apresentado na tabela 5 indica que a média de gasto cresce de forma linear, acompanhando a melhora do nível de IDH. Cabe destacar que o menor nível possui cerca de 60% da média dos 2 níveis mais altos subsequentes (IDHM e A) e menos de 30% da média do IDHMA. Ou seja, os municípios mais vulneráveis têm restrições importante que impedem a elevação do gasto na FDL. Apesar de não ter a menor média, sua maior é muito inferior aos outros níveis.

De forma contrária, o maior nível de IDH tem a maior média de investimento na FDL e o município com a menor média é o maior entre os níveis de IDH. A maior média não foi encontrada neste nível, mas sim no IDHM (R\$ 868,57 per capita).

Tabela 5 - Média e DP do gasto acumulado per capita da FDL (R\$)

IDH	Média	DP	<	>
B	63,67	30,48	15,95	143,40
M	102,32	93,72	0,61	868,57
A	116,04	109,74	6,35	773,68
MA	218,08	248,25	42,54	393,62

A diversidade de comportamentos alocativos observada nos diferentes cenários aqui apresentados são compatíveis com a descentralização de políticas sociais (ARRETICHE, 2010), principalmente em áreas em que não há obrigatoriedade de implementação da agenda, como aquelas agregadas à FDL. Arretiche e Marques (2007) afirmam que a liberdade alocativa produz desigualdade na oferta de políticas.

Entretanto, há uma vantagem importante, apesar da diversidade na oferta das políticas, que está associada à capacidade que o poder público local tem de atender as preferências de seus cidadãos (MACHADO, 2008). Rezende (1997) acrescenta à preferência alocativa dos cidadãos a participação dos stakeholders na definição do gasto. Num caso ou noutro são preferências legítimas inscritas no ambiente local. A descentralização, oferta da política pela instância de poder mais próxima do cidadão, reconhece e legitima as decisões do poder local (LASSANCE, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o elevado grau de adesão dos municípios do estado de Minas Gerais ao gasto na FDL, não foi possível observar distinções de comportamentos entre as cidades por nível de IDH. Nesse sentido, o fato positivo é que os municípios, ao contrário dos estímulos institucionais do federalismo brasileiro, não preferem a inação, muito antes pelo contrário.

As distinções vão se destacar mais fortemente na evolução e variação do gasto, no percentual do gasto por nível de IDH e no acumulado per capita. Não foi possível observar tendências claras na variação do gasto ano a ano nem entre os níveis de IDH. Mesmo não tendo o maior número de municípios, aqueles de IDHA conseguem produzir maior volume de recursos na FDL. A participação do IDHMA também sinaliza para sobrevalorização da agenda.

Preliminarmente, esse resultado indica que a melhoria do IDH faz aumentar o volume de recursos na FDL. Observação que, para ser confirmada, deveria sofrer o escrutínio de tratamentos estatísticos que buscam estabelecer associações entre variáveis, objetivo que foge ao alcance descritivo deste trabalho. Diante da importância da agenda de estudo, novas análises permitirão compreender dimensões do fenômeno que ainda precisam ser exploradas, tais como: Municípios que possuem secretarias exclusivas gastam mais que os que não as possuem? Os dispositivos institucionais das leis orgânicas explicam o gasto dos municípios na FDL? Qual a participação do governo federal no gasto da FDL dos municípios?

REFERÊNCIAS

AFONSO, José Roberto Rodrigues; ARAÚJO, Érika Amorim. A capacidade de gasto dos municípios brasileiros: arrecadação própria e receita disponível. *Caderno Adenauer*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 35-55, 2000.

AFONSO, José Roberto Rodrigues; LOBO, Thereza. Descentralização fiscal e participação em experiências democráticas retardatárias. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília,

- n. 14, p. 3-36, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/128>. Acesso em: 08 out. 2018.
- ARRETCHE, Marta. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos? *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 587-620, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582010000300003. Acesso em: 08 out. 2018.
- ARRETCHE, Marta. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 111-141, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1712>. Acesso em: 08 out. 2018.
- ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. Condicionantes locais da descentralização das políticas de saúde. *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 173-204, 2007.
- AZEVEDO, José Reinaldo Cajado. *Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Estado do Acre-Brasil*. 231f. Tese (Doutorado em Ciências do Desporto) - Universidade do Porto, Porto/Portugal, 2015. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/79199/2/35261.pdf> Acesso em: 08 out. 2018.
- BANKOFF, Antonia Dalla Pria; ZAMAI, Carlos Aparecido. Estudos sobre políticas públicas de esporte e lazer de prefeituras municipais do Estado de São Paulo. *Conexões*, Campinas, v. 9, n. 2, 2011.70-79. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637701>. Acesso em: 08 out. 2018.
- COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; PALOTTI, Pedro Lucas de Moura. Federalismo, descentralização e o novo arranjo institucional da política de assistência social: lidando com problemas de cooperação e autonomia. In: (Orgs.) HOCHMAN, G.; FARIA, C.AP. *Federalismo e políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, p. 329-360.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18 n. 51, p. 21-29, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092003000100004&script=sci_abstract&tln g=pt. Acesso em: 08 out. 2018.
- LASSANCE, Antonio. Federalismo no Brasil: trajetória institucional e alternativas para um novo patamar de construção do Estado. In. Linhares PTF, Mendes CC, Lassance A, (Orgs.). *Federalismo à Brasileira: questões para discussão*. Brasília: IPEA, p. 23-36, 2012.
- LEITE, Cristiane Kerches da Silva. Descentralização das políticas sociais no Brasil: o lugar dos Estados no processo de municipalização. *Revista Política Hoje*, Recife, v. 18, n. 2, p. 306-341, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicahoje/article/view/3846>. Acesso em: 06 jul. 2018.
- MACHADO, José Angelo. Gestão de políticas públicas no Estado federativo: apostas e armadilhas. *Dados*, Rio de Janeiro, p. 433-457, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S001152582008000200007&script=sci_abstract&tln g=pt. Acesso em: 06 jul. 2018.
- MARENCO, André; STROHSCHOEN, Maria Tereza; JONER, William. *Para além de sístoles e diástoles: capacidade estatal, receita e polícias nos municípios brasileiros*. In:

ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., Belo Horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro de 2016.

MERTINS, Filipe Fuhrmann; MYSKIW, Mauro; SANFELICE, Gustavo Roesse. O Esporte e o Lazer na Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal. *Licere*, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 71-101, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1287>. Acesso em: 06 jul. 2018.

REZENDE, Flávio da Cunha. Descentralização, gastos públicos e preferências alocativas dos governos locais no Brasil: (1980-1994). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300005. Acesso em: 06 jul. 2018.

SANTOS, Edmilson Santos. Análise do Desempenho do Edital de 2012 do PELC. *Licere*, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 41-58, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1684>. Acesso em: 06 jul. 2018.

SANTOS, Edmilson Santos; HIRATA, Edson. Investimento na função desporto e lazer por níveis de Índice de Desenvolvimento Humano. *Caderno de Educação Física e Esporte*, Marechal Cândido Rondon, v. 15, p. 49-55, 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/16408>. Acesso em: 06 jul. 2018.

SANTOS, Edmilson Santos; STAREPRAVO, Fernando Augusto; HIRATA, Edson. Perfil das Prefeituras que descentralizaram o PELC de 2003 a 2012. *Licere*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 71-88, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1768>. Acesso em: 06 jul. 2018.

SHINTANI, Cristina Emy. Competitividade nos contextos urbano e do new public governance: um estudo em organizações e entidades do esporte em municípios. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração - Gestão do Esporte). Universidade Nove de Julho. 2014. f 136. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/1111>. Acesso em: 06 jul. 2018.

SILVA DINIZ, Rafael; SILVA, Luciano Pereira. O ICMS esportivo e o financiamento das políticas municipais de esporte em Minas Gerais. *Movimento*, Porto Alegre, v. 22, n. 4, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/64264>. Acesso em: 06 jul. 2018.

SOUZA, Celina. Federalismo e gasto social no Brasil: tensões e tendências. Lua Nova, São Paulo, v. 52, p. 5-28, 2001.